



Paulo Vitorino Fontes *

“Repensar a violência desde a voz da vítima”



Como romper com a mediatização da violência? Como interromper o ciclo mimético da violência, sem retornar ao seu núcleo mítico e sacrificial que subjaz à maior parte dos nossos mecanismos para regular a violência, incluindo a nossa consciência e o nosso ordenamento jurídico-político? Como restaurar algum horizonte de sentido e algum contexto interpretativo da violência, sem contribuir para algum tipo de justificação ou legitimação da violência na história?

Não podemos aqui responder a estas perguntas complexas, mas ter consciência que a violência atravessa a amplitude de assuntos humanos e não se detém apenas mediante a sua imputação ou justificação moral, a sua administração instrumental, sua regulação jurídico-política, na compensação das injustiças, ou na sua espectacularização pseudo-catártica. Ao esboçarem-se novos formatos de violência recíproca e de compensação da violência mantém-se a reprodução da violência de uma forma simbólica.

Estamos perante um problema de contextualização da violência na sua abordagem moral, jurídico-política e comunicacional; perante a imprecisão de que, como refere Slavov Žizek, a violência visível e identificável num indivíduo determinado oculta o fundo dessa mesma violência “subjéctiva” que emerge. Se por um lado, é

necessário algum distanciamento dos sinais individuais da violência, de forma a podermos explicitar os contextos objetivos da violência. Por outro lado, a expressão da injustiça percebida é decisiva na hora de demarcar as condições estruturais da violência objetiva.

A distinção entre as catástrofes naturais inevitáveis e as injustiças imputáveis à atividade ou passividade de outros constitui um critério decisivo para interpretar e contextualizar a violência. Da diferenciação entre desgraça inevitável e injustiça depende a nossa capacidade para lidarmos com o sofrimento e dano das vítimas de alguma violência infligida, trata-se de uma distinção que envolve uma decisão política fundamental. Segundo Judith Shklar, para poder reconhecer a violência e ampliar a nossa capacidade de reconhecimento da violência e de resposta perante ela, é essencial atender às expressões de injustiça percebida das vítimas. Não se trata de as vítimas terem sempre razão na sua percepção de injustiça, nem de procurar a todo o custo alguém culpável sobre quem aplicar o castigo compensatório. Por sua vez, a expressão do sentido de injustiça permite ampliar nossa responsabilização pela violência e mantém elevados padrões de retidão cívica, em vez de consagrar a injustiça passiva e propiciar que lavemos as mãos com indiferença perante a violência infligida

às vítimas. Uma vez que não há um critério de demarcação rígido entre as injustiças publicamente reconhecidas, e que por isso requerem intervenção jurídica, e as percepções subjéctivas da injustiça; tal como nem sempre há uma linha clara que separe a desgraça inevitável da injustiça, resulta fundamental atender cívica e moralmente ao sentido de injustiça percebida das vítimas, de forma a obter uma visão contextualizada do dano infligido e assim decidir politicamente a interpretação da injustiça cometida.

A interpretação do sofrimento permite estabelecer uma solidariedade interpessoal, amplia a nossa responsabilidade perante a violência. A identificação com as vítimas e a atenção às expressões de injustiça sentida revelam o profundo significado ético e político de uma cidadania democrática, a saber: que as vidas de todas as cidadãs e cidadãos importam igualmente e que as vozes das vítimas não podem ser silenciadas.

* *Doutorado em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais pela Universidade de Évora e coordenador da Novo Dia – Associação para a Inclusão Social*

Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres, da responsabilidade da U.M.A.R



João Bosco Mota Amaral

A Ultraperiferia em questão?

Causou evidente desconforto, entre os participantes da interessante conferência promovida na semana passada pelo Secretário Regional para as Relações Externas Rui Bettencourt, a declaração de um dos oradores estrangeiros, concretamente Henri Malosse, antigo Presidente do Conselho Económico e Social da União Europeia, sobre a necessidade de deixar de se falar de ultraperiferia, já que as regiões assim qualificadas estão no centro das preocupações dos dirigentes europeus.

Mesmo que porventura assim fosse, e evidentemente não é, o conceito de ultraperiferia exprime realidades bem concretas e absolutamente inofensáveis: o grande distanciamento dos centros de decisão, políticos e económicos, europeus, a pequena dimensão dessas regiões, a insularidade, reforçada nos casos dos arquipélagos, a limitação das opções de desenvolvimento, a sujeição a fenómenos telúricos e climáticos extremos e tudo o mais que nós, Açorianos, e os outros povos insulares, bem sabemos por experiência vivida.

Em conversas posteriores foi-me dito que a ideia vinha do próprio Presidente da França. Em discurso feito na recente reunião da Conferência dos Presidentes das RUPs, na Guiana Francesa, Emanuel Macron propôs mesmo uma designação alternativa – Regiões Ultramarinas ou do Ultramar – logo rejeitada pela penosa evocação das antigas colónias portuguesas que tal termo suscita. Ora, as RUPs são de pleno direito, e com a consequente igualdade de direitos dos seus cidadãos em relação a todos os outros, regiões longínquas dos respectivos países e da União Europeia, mas a última coisa que lhes convém é serem de algum modo confundidas com colónias das mesmas entidades...

Descontado esse equívoco, foi deveras de salientar, pelo seu importante significado, a presença do Presidente da República Francesa na reunião de Cayenne. Também lá esteve o Presidente da Comissão Europeia Claude Juncker. E ambos se pronunciaram pelo contributo positivo das RUPs para a dimensão marítima da União Europeia e para a projecção planetária dos seus interesses, políticos, económicos, culturais e estratégicos.

Este foi sempre o argumento utilizado desde o início da movimentação pan-insular europeia, que teve lugar nos finais da década de 70 do século passado, a benefício das capacidades de actuação externa dos Açores, deduzidas do nosso estatuto constitucional de Autonomia, tão admirado e cobijado mesmo pelos nossos interlocutores nesse diálogo. Consola vê-lo agora aceite e reproduzido ao mais alto nível europeu! Isso quando nunca faltou, dentro e fora das fronteiras nacionais, quem nos quisesse reduzir à humilhante situação de miseráveis pedinchões...

As nossas reuniões assistiam, nesses tempos pioneiros, funcionários subalternos das instituições europeias, quando estas entendiam fazer-se representar... Hoje, felizmente, subiu-se de grau, obtendo para as RUPs um tratamento de parceria, adequado à dignidade dos seus povos e à valia delas para o projecto europeu. Aliás, no seu conjunto, a população das RUPs ronda os 5 milhões, o que é muito mais do que vários dos estados membros da União e ombreia com outros, como a Irlanda, por exemplo.

Durante o debate ocorrido na reunião realizada no cenário grandioso da antiga Igreja do Colégio, vários dos participantes se pronunciaram com vigor em prol da manutenção do conceito de Ultraperiferia

e do qualificativo Regiões Ultraperiféricas. E os próprios oradores convidados acabaram reconhecendo a pertinência das observações formuladas, de resto já antes claramente contidas no discurso do Presidente Vasco Cordeiro, que marcou a abertura da conferência.

Levou tempo e custou muito esforço alcançar o reconhecimento da especificidade insular no contexto europeu e a sua consagração no texto do Tratado de Lisboa, guindando-o ao patamar de direito originário da União. O Tribunal Europeu já se pronunciou reconhecendo tal natureza, o que tem consequências práticas na responsabilidade dos órgãos comunitários em darem solução aos problemas das RUPs. Não podemos consentir em qualquer enfraquecimento de tal estatuto, que é questionado por alguns e desejado por outros, conforme tem alertado a Eurodeputada Açoriana Sofia Ribeiro.

Não pude deixar de contestar com vivacidade ao representante do Governo da República presente na conferência, a passiva aceitação de cortes no orçamento da União para a ajuda ao desenvolvimento, por efeito acumulado da saída do Reino Unido e das novas prioridades de acção no âmbito da defesa e segurança e do acolhimento de refugiados. Essa é a atitude dos países ricos, mas não pode ser a posição dos mais desfavorecidos, que até são a maioria dentro da União. É lamentável a subserviência dos fracos perante os fortes, contrariando o são princípio da igualdade de todos os estados membros da União Europeia, conforme preconizado pelos Pais Fundadores.

(O Autor, por opção pessoal, não respeita o assim chamado Acordo Ortográfico.)